

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA DO SETOR ELÉTRICO

Lei nº 15.269/2025

No dia 24 de novembro de 2025, após longa discussão parlamentar sobre vetos a emendas propostas no curso da Medida Provisória nº 1304/2025, o Governo Federal sancionou a Lei nº 15.269, de 2025, originada a partir da conversão.

Dentre os pontos sancionados, destacam-se:

## OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE NA PROPORÇÃO DA ENERGIA A SER GERADA

A Lei nº 15.269/2025 prevê a obrigatoriedade de contratação de reserva de capacidade para empreendimentos de geração de energia que solicitarem acesso aos sistemas de transmissão e distribuição. A contratação de reserva de capacidade deverá ser realizada na proporção da energia gerada. O objetivo é garantir a segurança do sistema a partir da comprovação de lastro para cumprimento das obrigações assumidas pelos geradores de fontes variáveis, como eólica e solar. O texto legal, todavia, não fez essa especificação, de modo que se impõe interpretar a obrigação de forma generalizada.

Os custos decorrentes da contratação de reserva de capacidade serão rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A aplicabilidade desse dispositivo ainda depende de regulamentação pela ANEEL, mas espera-se que a nova disposição impacte diretamente os próximos leilões de reserva de capacidade previstos.

## SUPRIDOR DE ÚLTIMA INSTÂNCIA (SUI)

A Lei trata dos principais aspectos relacionados à criação da figura do Supridor de Última Instância (SUI), que deverá garantir o fornecimento emergencial de energia em casos de falência ou saída de agentes varejistas. De acordo com a nova legislação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é encarregada da autorização, fiscalização e definição das tarifas desse serviço.

Ao contrário do que seria razoável supor, os custos e os efeitos financeiros decorrentes do déficit involuntário do SUI serão rateados entre todos os consumidores do Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de encargo tarifário específico, e não atribuídos ao agente causador da exposição.



## AUTOPRODUÇÃO

A norma também firma as novas regras para a equiparação de grandes consumidores ao regime de autoprodutores que vinham sendo debatidas na MP nº 1.300 e na própria MP nº 1.304.

Ao final, confirmou-se a exigência de que as unidades consumidoras tenham demanda contratada agregada igual ou superior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), podendo ser composta por uma ou mais unidades de consumo com demanda individual igual ou superior a 3.000 kW (três mil quilowatts).

Adicionalmente, o autoprodutor equiparado deve **(i)** estar envolvido, de forma direta ou indireta, no capital social da empresa detentora da concessão, ou **(ii)** manter uma relação de controle societário comum, seja direta ou indiretamente, ou ainda ser controlador, controlado ou coligado, de forma direta ou indireta, à empresa que possua a concessão. Em ambas as situações, é necessário observar a participação societária, tanto direta quanto indireta, com direito a voto.

Após longo debate, restou vetada a exigência de adicionalidade para regimes de Autoprodução de Energia (APE) por equiparação, i.e., a exigência de que plantas existentes à época da medida provisória não seriam elegíveis a oferecer os benefícios da autoprodução por equiparação. O veto a esse trecho atende, entre outros, a pleitos da indústria eletrointensiva e de setores como o de hidrogênio, permitindo que usinas já existentes e operacionais sejam utilizadas em arranjos de autoprodução por equiparação.

É importante ressaltar que os contratos anteriores à publicação da Lei mantêm seus direitos preservados, desde que estejam regulares perante a CCEE.

## ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

A Lei nº 15.269/2025 define que os sistemas de armazenamento de energia elétrica, com exceção das usinas hidrelétricas reversíveis, que desejarem a inserção na rede básica, deverão ser licitados nas modalidades de concorrência ou de leilão.

Além disso, a Lei também atribuiu à ANEEL a responsabilidade e a competência para regular, fiscalizar e estabelecer as regras de remuneração e de acesso para a implantação e operação dos sistemas de armazenamento de energia elétrica que estejam conectados SIN ou aos sistemas isolados, e que sejam utilizados por geradores, transmissores, distribuidores, comercializadores, consumidores de energia elétrica ou por qualquer outro agente do setor elétrico.

A regulamentação da atividade de armazenamento de energia elétrica poderá contemplar a operação de forma autônoma ou integrada à outorga de agentes de geração, comercialização, transmissão e distribuição de energia elétrica, desde que sejam respeitadas as restrições aplicáveis a cada tipo de agente.

Os custos decorrentes da contratação de reserva de capacidade, bem como os custos administrativos, financeiros e os encargos tributários serão rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do SIN (incluindo consumidores e autoprodutores).

Entretanto, no caso de sistemas de armazenamento de energia na forma de baterias, os custos da contratação mencionados serão rateados exclusivamente entre os geradores de energia, conforme regulamentação da ANEEL.



## INVESTIMENTO EM PESQUISA E INOVAÇÃO

Por meio da inclusão de parágrafo único no artigo 2º da Lei nº 9.991, de 2000, a legislação define que os empreendimentos de geração eólica e solar fotovoltaica que solicitarem outorga a partir de 1º de janeiro de 2026 estão obrigados a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

## RESSARCIMENTO DO CURTAILMENT

Um dos temas mais disputados no âmbito da MP nº 1.304 certamente foi o ressarcimento aos cortes de geração, o chamado *curtailment*. Para evitar um sobrecusto tarifário, o Governo vetou o artigo 1º-A da Lei nº 10.848, de 2004, incluído por emenda de autoria do deputado Danilo Forte, sancionando o artigo 1º B na Lei nº 10.848, de 2004, que restringe o ressarcimento aos casos de indisponibilidade externa e requisitos de confiabilidade elétrica, excluindo eventos de restrição por razões energéticas, ou seja, por excesso de geração em relação à demanda.

Para tanto, os geradores deverão assinar um termo de compromisso com o Poder Público. O direito de compensação é válido retroativamente a partir de 1º de setembro de 2023, até a data em que o artigo entrar oficialmente em vigor.

## CARVÃO

A Lei manteve o trecho que prorroga as concessões das usinas a carvão mineral nacional, atendendo demanda das regiões ligadas à atividade carbonífera na região Sul.

Além disso, na contramão das demandas por descarbonização, o Governo sancionou o artigo 3º-D da Lei nº 10.848, que obriga a contratação de reserva de capacidade de térmicas a carvão com contratos vigentes em 2022, estendendo sua operação até dezembro de 2040 com receita fixa indexada.

## COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL DA UNIÃO

A legislação também facilita a comercialização do gás natural da União, autorizando a Pre-Sal Petróleo S.A. (PPSA) a transferir sua posse ou propriedade a agentes privados, e regulamenta a atividade de armazenamento de energia elétrica.

Além de possibilitar que o gás natural da União passe a ser transferido diretamente pela Petrobras ao destinatário final da comercialização, mediante acordo entre a PPSA e o agente comercializador.

## CRÉDITOS FISCAIS (PHBC)

Por meio de alteração na Lei nº 14.990/2024, entre 2030 e 2034, os créditos fiscais relativos à comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono serão limitados aos seguintes valores globais para cada ano-calendário:

- I. 2030: R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais);
- II. 2031: R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais);
- III. 2032: R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais);
- IV. 2033: R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais);
- V. 2034: R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESPECIAL PARA EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS

A Lei incluiu o parágrafo 2º, no artigo 24, da Lei nº 15.190, de 2025, para prever que o licenciamento ambiental especial também seja aplicado às usinas de geração usinas hidrelétricas, inclusive reversíveis, e seus reservatórios.

Entretanto, foram vetados trechos que criavam um rito de licenciamento ambiental simplificado de 90 dias para usinas hidrelétricas reversíveis e que autorizavam a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a conduzir estudos ambientais prévios para tais empreendimentos.

### REIDI

A Lei também alterou a Lei nº 11.488, de 2007, que disciplina o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) para extensão do REIDI aos projetos de investimento em sistemas de armazenamento de energia.

Além de dispor sobre a limitação do benefício a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) a cada exercício, sujeito à previsão na respectiva lei orçamentária anual, e terá vigência de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030.

A norma ainda cria incentivos fiscais, como isenção de imposto de importação para baterias e benefícios no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), com limite anual de R\$ 1 bilhão entre 2026 e 2030.

Para MMGD, os projetos de geração de energia solar, incluindo os de micro e minigeração distribuída que forem contemplados com o benefício do REIDI, deverão obrigatoriamente incluir sistemas de armazenamento químico de energia, conforme as regras estabelecidas em regulamento próprio.

Por fim, a Lei também indica que o Poder Executivo terá a prerrogativa de reduzir a zero as alíquotas do Imposto de Importação aplicadas aos sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS) e aos seus componentes.

### **Vetos:**

Apesar dos avanços, a Lei nº 15.269/2025, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 25 de novembro de 2025, foi aprovada com uma série de vetos ao texto original, com destaque para:

I. Autoprodução de Energia (art. 2º, § 8º do art. 16-B da Lei nº 9.074/1995)

*Veto à limitação de novos arranjos de autoprodução apenas a usinas com operação iniciada após a publicação da Lei.*

O dispositivo vetado restringia o acesso ao regime de autoprodução por equiparação apenas a usinas novas (novos empreendimentos). No entanto, segundo o Governo Federal, a limitação impediria o aproveitamento de usinas já existentes, com menor custo, para projetos de alto consumo energético. Como consequência, poderia gerar ineficiências no sistema elétrico, aumentar os custos de produção e elevar os preços ao consumidor.

II. Corte de Geração e Compensações (art. 9º, art. 1º-A da Lei nº 10.848/2004)

*Veto ao ressarcimento por cortes de geração de fontes renováveis, inclusive retroativos.*

O dispositivo vetado ampliava excessivamente os casos de ressarcimento por cortes de geração, incluindo todos os eventos externos, independentemente da causa. Porém, a medida transferiria os custos dessas compensações para os consumidores, elevando as tarifas e comprometendo a modicidade tarifária. Segundo o Governo Federal, a proposta também poderia incentivar a sobreoferta de energia, agravando os cortes e gerando novos ciclos de compensações e aumentos tarifários.

III. Micro e Minigeração Distribuída (art. 7º, inciso XIX do art. 13 da Lei nº 10.438/2002)

*Veto à compensação de benefícios tarifários via CDE.*

De acordo com o Governo Federal, o dispositivo vetado contrariava o interesse público ao incluir, entre os objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a compensação de benefícios tarifários associados à microgeração e minigeração distribuída, majorando risco de ampliação dos encargos setoriais e, portanto, de impacto tarifário.

#### IV. Centrais já existentes (MMGD) (art. 14 (caput do art. 11 da Lei nº 14.300/2022)

*Veto à permissão para que centrais já existentes se enquadrem como micro/minigeração distribuída sem apresentação de contrapartidas.*

De acordo com o Governo Federal, o enquadramento, sem contrapartidas, de centrais geradoras já existentes como microgeração ou minigeração distribuída também representa uma contrariedade ao interesse público. Já que a medida altera o modelo regulatório e cria tratamento diferenciado a agentes que não foram concebidos para operar nesse regime, o que compromete a coerência normativa e majora o preço da energia.

Além das vedações citadas, outras matérias foram vetadas antes da conversão da MP nº 1.304/2025 na Lei nº 15.269/2025, conforme abaixo:

- I. Veto ao compartilhamento de riscos apenas para empreendimentos outorgados (art. 9º (art. 2º-E da Lei nº 10.848/2004), com base na justificativa de restrição indevida do alcance regulatório.
- II. Veto à definição de acesso às Redes de Transmissão e Distribuição via procedimentos concorrenciais pela ANEEL (art. 5º, §§ 3º e 4º do art. 9º da Lei nº 9.648/1998), com base na justificativa de risco de comprometer o planejamento setorial.
- III. Veto à obrigação de comercializadoras investirem 1% da receita líquida em P&D e eficiência energética (art. 6º (arts. 1º-A, 4º e 5º da Lei nº 9.991/2000), com base na justificativa de desconsideração do modelo de negócio das empresas, o que pode gerar distorções.
- IV. Veto ao uso do programa Luz para Todos para distribuir equipamentos de TV digital via satélite (art. 7º (art. 13-B da Lei nº 10.438/2002), com base na justificativa de desvio de finalidade e sobrecarga da CDE.
- V. Veto à obrigatoriedade de apuração e contratação anual de reserva de capacidade (art. 9º (§ 3º do art. 3º da Lei nº 10.848/2004), com base na justificativa de possível indução à geração contratações ineficientes e impacto tarifário.
- VI. Veto à nova metodologia de cálculo de royalties com base em cotações internacionais (arts. 15 e 17 – Lei nº 9.478/1997 e Lei nº 12.351/2010), com base na justificativa de geração de insegurança jurídica, risco à arrecadação pública e possibilidade de judicialização
- VII. Veto ao uso do superávit do Fundo Social para financiar infraestrutura de gás natural (art. 17 – art. 47-B da Lei nº 12.351/2010), com base na alegação de desvio finalidade original do Fundo Social ao direcionar recursos para operações de crédito a agentes privados.
- VIII. Veto à tipificação de omissão em contratações para segurança energética como improbidade administrativa (art. 18 – inciso XIII do art. 11 da Lei nº 8.429/1992), com base na justifica de possibilidade de causar insegurança jurídica na atuação de agentes públicos.
- IX. Veto à fixação de prazo de 90 dias para análise de licenciamento ambiental de hidrelétricas (art. 20 – § 3º do art. 24 da Lei nº 15.190/2025), alegando que o prazo rígido desconsidera a complexidade dos impactos socioambientais e compromete a qualidade da análise técnica.

## CONTATO



**LEONARDO MIRANDA**

lmiranda@tozzinifreire.com.br



**LIGIA SCHLITTLER**

lipereira@tozzinifreire.com.br



**EDUARDO BARRETO ALFONSO**

ealfonso@tozzinifreire.com.br